



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

?É de família, é tradição?: território e organização social entre os Xukuru-Kariri no agreste alagoano

Autoria: Wemerson Ferreira da Silva (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O work apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado recém-concluída que analisou aspectos das organizações territorial e social dos Xukuru-Kariri que habitam o agreste de Alagoas. Em vez de centrar-se na fronteira étnica, a reflexão partiu das unidades familiares que compõem essa coletividade indígena, atentando para as suas diferentes trajetórias e para as relações que elas entretencem cotidianamente, entre si e com atores não indígenas. Tais famílias organizam-se como grupos domésticos e compõem específicas comunidades políticas locais? nas aldeias Xukuru-Kariri. Como foi possível concluir, são essas famílias os alicerces da identidade étnica e os princípios de organização social mais operativos no cotidiano dos indígenas em foco, de um ângulo simultaneamente educacional, econômico e moral. Baseado em dados etnográficos produzidos em 2017 e 2019, buscarei, por um lado, demonstrar como os "conflitos de família" que marcam o relacionamento dessas unidades sociais podem ser catalisadores de processos de ?dinâmica territorial?, levando à realização de "retomadas de terra" e à criação de novas aldeias; por outro lado, considerando a importância que essas famílias assumem no que diz respeito tanto à indução da cultura entre seus integrantes, quanto no que se refere ao controle das experiências deles, refletirei sobre como elas dão vida a específicas "tradições familiares" e a específicos ?projetos étnicos?, isto é, diferentes compreensões dos caminhos que foram, são e devem ser trilhados pelos Xukuru-Kariri.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: